

EDUCACÃO ESPECIAL: fracassos e vitórias no caminho da cidadania

Autor : Ana Paola da Silva

Universidade Federal de Campina Grande-UFCCG

anapaolacg@yahoo.com.br

Resumo

A complexidade com que se trata a educação no Brasil torna-se ainda mais árdua quando se tenta situar a questão social a um nível de igualdade, ao direcionar o envolvimento de alunos com necessidades especiais a idêntico patamar de aprendizado, de acompanhamento, de capacitação e de assimilação como se a força da imposição legal alcançasse as diferenças sociais e humanas de cada um. Fracassos e vitórias na caminhada da cidadania se sucedem alternadamente nessa caminhada, prática comum de uma convivência com uma realidade disfarçada, que nos inquieta, que afasta o professor da sua missão maior de acompanhar com resultados satisfatórios os alunos AEE. O objetivo primeiro, direciona o detalhamento de questões relacionadas com a integração do aluno sala do AEE, na perspectiva cidadã, devendo assegurar a ele uma educação pública de qualidade na Escola Estadual Cidadã Integral Professor Itan Pereira, na Cidade de Campina Grande PB. A meta é alcançar uma proposta baseada em experiências adquiridas ao longo dos anos em sala de aula, onde o poder de educar e de ampliar o universo de conhecimento de um aluno especial nos perpassa o entendimento de que se faz necessário sensibilizar, conscientizar, humanizar e socialmente fazer surgir um novo cidadão. Como conclusão sabemos da real necessidade da redefinição dos modelos das práticas pedagógicas, apontando novos cenários e novos caminhos na educação.
Palavras chaves: Transformação, cidadania, inclusão, valores.

Introdução

A complexidade com que se trata a educação no Brasil torna-se ainda mais árdua quando se tenta situar a questão social a um nível de igualdade, ao direcionar o envolvimento de alunos com necessidades especiais em um mesmo nível de aprendizado, de acompanhamento, de capacidade de assimilação como se a força da imposição legal alcançasse as diferenças sociais e humanas de cada um. Adequar à escola pública ao que estabelece a Lei de Diretrizes da Educação-LDB no contexto educacional brasileiro, predispõe interesses maiores, que envolve o compromisso de oferecer um ensino de qualidade capaz de formar cidadãos preparados para interagir com o mundo, moldando conceitos através dos princípios de cidadania, construindo o caráter social do ser enquanto indivíduo para adequá-lo conscientemente a condição de membro de um coletivo.

Práticas Educativas Direcionadas para Alunos com Deficiência não se constituem numa imposição, pelo contrário, a prática extraída das salas de aula nos mostra que transformar uma condição humana em que se percebem diferenças de comportamento ou mesmo limitações

físicas ainda é recebida com receio por parte da sociedade brasileira. Em que pese repetidas campanhas de conscientização pública, a questão ainda não está devidamente assimilada pela população, não se revestindo em tarefa fácil e nem de longe vislumbramos uma solução em curto prazo.

Neste aspecto, entendo que o professor deva interagir com abordagens integradas do desenvolvimento humano, identificar-se com a situação da turma, ser verdadeiramente o condutor das situações de aprendizagem, seja geral a específica, identificar com maior grau de intimidade casos de alunos especiais para assim, efetivamente entender suas condutas, aptidões e limitações, elevando-as ao nível de igualdade dos demais, passando a considera-las como seres afetivos, pessoas normais com necessidades físicas, emocionais, cognitivas e sociais.

Proporcionar uma educação com foco em direitos humanos é possibilitar a propagação de uma educação cidadã, na qual estejam envolvidos diversos sujeitos, arraigados nos princípios de mudança, transformação, solidariedade, justiça e paz, ações que devem ser aplicadas em sua plenitude, com igualdade de tratamento fortalecendo o princípio da inclusão, garantindo a todos os direitos relativos à educação. O nosso estudo visa direcionar o detalhamento de questões relacionadas com o direito e o dever de assegurar a todos uma educação pública e de qualidade. Tocar o ensino como novas possibilidades de aprendizagem, requer uma permanente atualização, que por sua abrangência temática possibilitem uma leitura crítica do mundo, dos direitos humanos e sociais, tendo como objetivo o aluno e a sociedade, todos exercendo um papel relevante, envolvendo aspectos físicos e principalmente humanos e que devem ser socializados com educandos.

Preparar a comunidade escolar para perceber, despertar, interagir e ampliar o seu conhecimento individual com reflexos no comportamento coletivo significa um novo olhar para a proposta presente em todas as fases em que se deve alcançar a plena cidadania. Neste aspecto, a experiência em sala de aula nos remete a incansável busca por respostas para a questão que nos estimula a aprofundar o nosso envolvimento e aí surge a indagação: A educação cumpre o seu papel social de conscientizar a ponto de se aplicar em sua plenitude os direitos humanos?

É nosso objetivo buscar e oferecer elementos para subsidiar uma reflexão direcionada as práticas educativas no contexto da escola pública, levando-se em consideração aspectos essenciais e indispensáveis ao trabalho didático/pedagógico na linha do atendimento educacional especializado e educação inclusiva, como suporte indispensável à formação de alunos com necessidades específicas e entender o comportamento desse aluno no contexto em que está inserido na Escola Estadual Integral Professor Itan Pereira, mais especificamente.

Neste aspecto, a experiência em sala de aula nos remete a incansável busca por respostas para a questão que nos estimula a aprofundar o nosso envolvimento, para alcançarmos uma resposta devemos nos fundamentar em experiências extraídas de práticas das escolas públicas com o perfil de atendimento a alunos especiais, buscar na legislação a defesa dos conceitos que impeçam a discriminação e garanta a igualdade de condições e de direitos.

Justificativa

Vivemos a pôr seguidos anos uma educação espelhada nas adversidades, nas carências sociais, na dificuldade de relacionamento, enfim, compartilhamos do cotidiano das turmas, para assim entendermos mais profundamente a realidade de cada um deles, em particular da AEE.

Descobrir os princípios que nos levam a cidadania, ampliando uma análise da realidade social do aluno, tempo histórico, diversidade e propostas concretas que ampliem a sua visão de mundo possibilitando-os desbravar os caminhos plenos de vida, para isso, se faz necessário mergulhar ainda mais no universo das individualidades buscando descobrir, incentivar e aperfeiçoar aptidões através da interação aluno/meio em que vive. Este é o caminho para a cidadania com base nos direitos humanos.

Para cumprir esta tarefa se faz necessário o uso de meios que despertem a cidadania. Meios que façam o aluno descobrir um mundo imensamente maior do que aquele em que está acostumado a viver. Assim, desenvolver uma educação com base em direitos humanos se constitui de fundamental importância vez que, a mesma contribui para a conquista de direito à vida e construção da cidadania.

A proposta de educar em Direitos Humanos perpassa o entendimento do que significa sensibilizar, conscientizar e humanizar. Em síntese, o presente trabalho vai exigir qualidade nas ações, avaliações, respeito às diferenças entre os alunos, com foco na aprendizagem na escola pública, através das quais ampliaremos o universo de conhecimento de cidadania, com redimensionamento dos princípios ou valores humanos. É essencial que mais pessoas vivam num ambiente escolar harmônico e respeitoso. É preciso pensar na relação entre as pessoas, compartilhar oportunidades e discutir novos pilares sobre toda a evolução que está ao nosso redor.

Na Constituição Federal de 1988, Seção II - DA EDUCAÇÃO (arts. 205 a 214) reza o texto que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida

e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

A escola tem o poder de formar o cidadão, todavia, a sua estrutura deve estar adequada ao seu tempo, atualizada com as novas tecnologias, se voltando, basicamente, para o acompanhamento de educandos que estão à margem da sociedade e que trazem para escola marcas sociais de toda ordem, que precisam do conhecimento e do apoio que a escola pode oferecer para conquistar uma melhor condição de trabalho e, por consequência, de vida.

Segundo Freire (1996), ao ensinar, o educador está formando cidadãos críticos, participativos e tolerantes. O avanço da aprendizagem e da reflexão liberta o aluno do lado obscuro do mundo, que seria em si a educação libertadora, fortalecendo assim os laços de solidariedade e cidadania. Buscar o resgate da cidadania é, teoricamente, uma proposta desafiadora que deveria ser aplicada nas escolas como princípio de inclusão. A mudança social, política e histórica acontece do próprio ser humano, que se encontra com a transformação dos outros seres humanos que estão ao seu lado.

Ter como propósito efetivo o entendimento da relação do aluno da com a vivência social, humana e cultural no contexto educacional em que está inserido na consolidação da sua formação cidadã. Mergulhar na atual conjuntura da escola como parte de uma base social que eduque, direcione, forme cidadãos e estimule a convivência coletiva é antes de mais nada assegurar o resgate de princípios constitucionais de defesa ética e expansão do conhecimento individual com maior grau de igualdade e respeito aos direitos humanos em seu contexto de vida.

Buscar respostas para ações colocadas em prática nas escolas, cujo resultado não consegue alcançar em sua plenitude metas oficiais e não garante ao aluno com deficiência o desenvolvimento pleno da educação, mesmo sendo parte integrante de uma escola dita inclusiva, universal e uniforme no ponto de vista de convivência coletiva.

Porque a educação especial não alcança em sua plenitude os alunos com deficiência: será a escola descomprometida com essa nova realidade ou de fato, é esse aluno que não consegue assimilar o conteúdo coletivo, sendo naturalmente excluído do processo?

Partindo do ponto de vista de uma educação globalizada voltada para uma escola para todos, a nossa atenção no presente projeto é alcançar resultados que contribuam para o fortalecimento de práticas inclusivas que verdadeiramente atendam as necessidades de todos os alunos, inclusive àqueles que careçam de maior grau de atenção, com a perspectiva de formar um cidadão consciente e conhecedor dos seus direitos e deveres na sociedade quanto cidadão.

O respeito aos princípios gerais da pessoa humana deve estar ligado as políticas públicas, em particular a educação que deve acompanhar o cidadão durante toda a sua existência, sendo a escola o sustentáculo maior na formação do caráter dessa pessoa.

Compreender de forma sistemática o processo inclusivo na escola pública e as transformações estruturais no atendimento educacional especializado, entendendo as práticas educacionais em face de legislação específica, as suas particularidades e funções práticas na escola pública e resultados decorrentes da correta ou não aplicação.

Construir argumentos capazes de nos direcionar a resultados práticos que permita o aluno sair do não saber para alcançar em sua plenitude o saber com plena consciência do que está efetivamente colocando em prática em sua vida, fugindo da sala de aula comum e tradicional. E a conquista da capacidade do aluno diante do saber seguindo as suas próprias convicções e grau de conhecimento.

Normas e leis são criadas em um sentido amplo onde a igualdade prevalece sob todos os aspectos só que, na realidade, atos de injustiça inserem a desigualdade social, comprometem os direitos humanos e o sentido de uma formação de homens capazes de transformar a partir do que efetivamente aprenderam na escola, contribuindo negativamente para a fragmentação dos conhecimentos necessários ao fazer pedagógico.

Abordaremos determinados assuntos e autores que amparam conceitos teóricos como Paulo Freire, Gadotti, Pedro Demo, Maria Teresa Egler, Edgar Morim, auxiliados no conceitos de cidadania, direitos humanos, educação, liberdade fundamento que nos direcionará compreender as mudanças, as contribuições sociais mediante uma democratização dialogada do sistema escolar, sendo possível encontrar um novo sentido da atividade na educação inclusiva. Com base na obra do educador Paulo Freire, enfoca-se as primeiras iniciativas de conscientização política do povo buscando a emancipação social e cultural das classes menos favorecidas, visando, enfim, a inclusão em todos os sentidos.

Na ótica de Maria Teresa Eglér, existem vários desafios dentro da escola, desafios esses que nos levam a concretização de direitos na educação inclusiva, tendo como objetivo garantir as pessoas com deficiência o acesso a esses direitos humanos comuns e fundamentais.

Na prática, que acontece é que o tempo perdido na escala do aprendizado não se solidifica na mente e no aprendizado do aluno que ultrapassa os limites da fase escolar com deficiência sob os olhares indiferentes dos governos e nesta parceria de descompasso surge um adulto inábil, desqualificado profissionalmente numa luta desigual em busca de uma melhor oportunidade para a vida, o que, na prática jamais chegará. O princípio da educação, a sua essência, a sua consistência e o seu direcionamento se dá visando a formação do cidadão. A ele se deve aplicar um sem número de regras, pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, enfim, um sistema gerador de vidas e construção saudável do ser humano. Por isso é que a educação é um fenômeno ao mesmo tempo individual e social. A educação como prática social envolve objetivos e meios estabelecidos conforme a direção que se quer imprimir a ela pelos diferentes grupos sociais que disputam interesses na sociedade (LIBÂNIO, 1995).

Metodologia

Para a realização desse trabalho, adotaremos como procedimento metodológico inicialmente o levantamento da bibliografia pertinente, mediante a leitura de autores correspondentes as temáticas enfocadas, o trabalho será seguido de observação direta, contemplando o esforço de elaboração interpretativa das evidências empíricas e do conhecimento descoberto durante a pesquisa de campo relevando o caráter quantitativo.

A metodologia baseia-se em atividades participativas, no construtivismo tendo como referência a experiência de cada um, através da qual o educando será de fato sujeito do processo de construção de um ser cidadão, portanto, se trata de uma pedagogia centrada no aluno com deficiência e que tomará como ponto de partida o seu contexto dentro do atendimento educacional especializado, com amparo na legislação, políticas públicas e direitos humanos.

As atividades estão sendo desenvolvidas na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Itan Pereira. A escola encontra-se localizada a Rua Luiz Motta, no bairro de Bodocongó, município de Campina Grande e foi criada em fevereiro de 2000, e publicado no Diário Oficial do Estado, em maio do mesmo ano, e atende a comunidade dos bairros circunvizinhos.

Conclusão

Trabalharemos o tema inicialmente com base nas experiências adquiridas em sala de aula ao longo dos anos, na Escola Estadual Integral Professor Itan Pereira, de Campina Grande, Paraíba, tendo o sistema de atendimento educacional especializado hoje aplicado como a maior referência.

A escola neste contexto, tem o poder de formar o cidadão, todavia, a sua estrutura deve estar adequada ao seu tempo, atualizada com as novas tecnologias, se voltando, basicamente, para o acompanhamento de educandos que estão à margem da sociedade e que trazem para escola deficiências de toda ordem, que carecem de apoio, solidariedade, conhecimento e da ação da escola a quem compete oferecer oportunidades no caminho de um aprendizado com acesso, educação igualitária, para assim conquistar uma melhor condição de vida e, por consequência, respeito pela sociedade com base nos direitos humanos.

A legislação em educação inclusiva mostra uma evolução adequada, mas há outros fatores neste processo, como o dualismo e exclusão ainda vivente na vida em sociedade, que necessita de uma releitura, considerando o vínculo inseparável entre educação e cidadania. A importância do atendimento às diferenças, a articulação família/escola, a qualidade das instalações, adaptações necessárias, e o cumprimento das legislações são fatores que poderão determinar o sucesso de uma educação especial e inclusiva nas escolas.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. A Educação de Jovens e Adultos em tempos de exclusão. **Alfabetização e Cidadania**, São Paulo: RAAB, n.11, p.9-20, abr. 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em 22/08/2013.

_____. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.Htm>. Acesso em 28/08/2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Diretrizes Operacionais da Educação Especial para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica. Brasília:MEC/SEESP, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Inclusão: revista da educação especial, v. 4, n 1, janeiro/junho 2008. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

_____. A educação básica no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 169-201, set. 2002.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Um breve histórico dos direitos humanos. In: CARVALHO, José Sérgio (Org.). Educação, cidadania e direitos humanos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

DEMO, Pedro. **Conhecer e aprender**: sabedoria dos limites e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2000.

_____. **Educação pelo avesso**: assistência como direito e como problema. São Paulo: Cortez, 2000.

DOWBOR, Fátima Freire. **Quem educa marca o corpo do outro**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FREIRE, Paulo. **A pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

_____, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 30 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

GADOTTI, Moacir. **Qualidade na educação**: uma nova abordagem. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010. (Instituto Paulo Freire; 5/Série Caderno de Formação).

GADOTTI, Moacir. **Educar para um outro mundo possível**. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

HALL, S. **A identidade na pós-modernidade**. Belo Horizonte:Autêntica, 2003.

MORIN, Edgar. **Os Sete saberes necessário a educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.

MANTOAN, Maria Teresa Eglé. **Escolas dos diferentes ou escolas das diferenças?** Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, 2002.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão, construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.